

O ESTADO E O DINAMISMO ECONÔMICO DO CENTRO NORTE BRASILEIRO

STATE POLICY AND DYNAMIC ECONOMIC IN NORTHERN CENTER OF BRAZIL

Thiago José Arruda de Oliveira¹

RESUMO: Este artigo analisa a capacidade do Centro Norte Brasileiro em continuar com o processo de difusão espacial, percurso iniciado na década de 1970 através de políticas estatais. Para tanto, utiliza-se do Quociente Locacional (QL) para observar as variações locacionais dos ramos econômicos nessa região entre 2000 e 2014. Os resultados apontam que no século XXI prosseguiu a difusão de novas atividades produtivas com destaque para a fabricação de alimentos, bebidas, produtos metálicos e o varejo. Dessa forma, o Estado teve importante participação ao criar um ambiente institucional que facilitou a entrada de capital externo na região. Uma vez instalados, os fatores de produção aglomeraram-se nos núcleos urbanos, especialmente Palmas-TO, Araguaína-TO, Marabá-PA e Imperatriz-MA, tornando-se centros que induziram a diversificação produtiva regional.

Palavras-chave: Economia Regional; Difusão Espacial; Centro Norte Brasileiro.

ABSTRACT: This paper analyzes the capacity of the Northern Center of Brazil to continue the process of spatial diffusion, initiated in the 1970s by state policy. It was used a location quotient (QL) to observe the locational variation of economic sectors in the examined region between 2000 and 2014. The results reveal that in the 21st century diffusion of new production activities such as food, beverages, metalworking and retail, proceeded. As a consequence, the state played an important role in creating institutions which enabled external assets in the region. Once installed, production factors concentrated in urban regions, such as Palmas-TO, Araguaína-TO, Marabá-PA and Imperatriz-MA, triggering regional diversification.

Keywords: Regional economy; Spatial diffusion; Northern Center of Brazil.

Sumário: 1 Introdução - 2 A função do Estado - 3 A formação do Centro Norte brasileiro - 4 Procedimentos metodológicos – 5 Resultados e discussões – 6 Conclusão – 7 Referências.

¹ Graduado em ciências econômicas, mestre em desenvolvimento regional, ambos na Universidade Federal do Tocantins. Doutor em desenvolvimento regional e agronegócio e pós-doutorando em desenvolvimento regional na UFT. Email: thiago.arruda85@gmail.com.

O Estado e o dinamismo econômico do Centro Norte brasileiro

1 INTRODUÇÃO

Na maioria das sociedades democráticas, o Estado busca a prosperidade por meio de políticas governamentais que resolvam os conflitos internos. Caso o poder central gere um ambiente institucional harmonioso, torna-se provável que o capital privado se instale para dentro dos seus domínios e dinamize as economias das regiões. Inversamente, atitudes puramente direcionadas aos interesses de grupos políticos e empresariais geram tensões e conflitos armados que comprometem o dinamismo econômico regional.

No que tange ao Centro Norte Brasileiro, delimitação geográfica originária de Brasil (2008) e compreendida por Oliveira; Piffer (2017), composta de 419 municípios inseridos nos estados do Tocantins, oeste da Bahia, sul do Piauí, sul e centro do Maranhão, mesorregião Sudeste Paraense e o Norte Araguaia-MT, integrou-se totalmente ao contexto produtivo nacional apenas no ano de 2000. Antes disso, a maioria das suas microrregiões eram consideradas áreas de subsistência, termo que se refere às localidades sem relações comerciais externas, socialmente isoladas, de baixa densidade populacional e com mercado consumidor irrelevante (LEMOS et al., 2003).

Inverteu-se o cenário a partir da década de 1970, quando o Estado atuou no sentido de incentivar a vinda de empreendimentos agropecuários e mineradores à outrora “Sudeste da Amazônia Legal”. Com isso, surgiram densos núcleos urbanos e atividades produtivas destinadas ao abastecimento externo. Entre 2000 e 2010, essa parte do País consolidou-se como uma Região Produtora do Agronegócio - RPA, e assim, desagregou-se do contexto amazônico, tornando-se o Centro Norte Brasileiro (OLIVEIRA; PIFFER, 2017).

Tendo em vista que o Centro Norte vivenciou, sob a tutela do Estado, um período de intensas modificações espaciais, este artigo analisa a sua capacidade em continuar com o processo de difusão de novas atividades produtivas para dentro dos seus domínios. Nesse tocante, utiliza-se do Quociente Locacional (QL) para observar as variações locacionais dos ramos econômicos nessa região entre 2000 e 2014. Justifica-se o estudo como forma de aprofundar os conhecimentos sobre essa delimitação geográfica brasileira.

2 A FUNÇÃO DO ESTADO

O Estado é o principal instrumento de ação coletiva em uma sociedade politicamente coesa. Por meio dessa organização, realizam-se políticas públicas direcionadas para os

seus cidadãos. Na atual democracia, a burguesia continua como classe dominante, porém compartilhando o poder com os trabalhadores. Compete aos gestores administrar os conflitos gerados pelos dois grupos, apesar de que geralmente as decisões são tomadas de forma parcial, beneficiando apenas um dos lados (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Ademais, a intensificação das trocas comerciais externas nas últimas décadas limitou a atuação do Estado, tornando-se submisso aos interesses das grandes companhias transnacionais, favorecendo-as na maior parte dos casos. Agrava-se a situação quando os governantes assumem os custos recorrentes de tais decisões e, como inexiste a possibilidade de transferir esse ônus para as grandes companhias sobrecarrega-o (PFETSCH, 1998).

Num ambiente político onde prevalece o “direito de corrupção”², torna-se difícil o Estado promover o dinamismo econômico. Para reverter este cenário, a participação da sociedade civil é vital no sentido de diminuir a influência das oligarquias. Contudo, nos países pobres essa iniciativa torna-se incerta devido à inexistência de uma revolução capitalista-industrial completa e, enquanto o processo não se desencadeia, o regime político continuará sendo autoritário (BRESSER-PEREIRA, 2010).

No Brasil, entre o final dos anos 1980 e início da década de 1990, notou-se uma crescente participação dos trabalhadores no processo decisório, destacando a atuação dos metalúrgicos no distrito industrial na região do ABC paulista. Representados por sindicatos, agiam ativamente nas negociações entre empresas e o Estado. Esse exemplo demonstra que a industrialização, processo estatal iniciado durante o governo Getúlio Vargas (1930 a 1945 e 1951 a 1954) foi o introdutor da participação popular nas decisões políticas (RAMALHO; RODRIGUES, 2010).

Em relação aos Estados Unidos, a maior potência mundial, o governo assumiu os custos e realizou os investimentos necessários em suas regiões. No caso do estado americano do Missouri, em 1860, aproximadamente US\$ 23 milhões foram gastos em obras públicas provenientes de impostos e taxas. Na próspera Nova Inglaterra, no estado de Massachusetts, no início do século XIX, também houve a interferência direta do governo estadual, subsidiando diretamente os setores estratégicos de sua economia. Noutro desta

²Termo que se refere aos países onde os burocratas aproveitam a sua autoridade para se beneficiarem em detrimento aos anseios da população (NORTH, 1998).

O Estado e o dinamismo econômico do Centro Norte brasileiro

região, a Pennsylvania, em 1844, aplicou US\$ 100 milhões na construção de obras públicas e contava com 150 corporações público-privadas (NORTH, 1966).

Tais iniciativas aumentaram a confiança dos empresários e dos trabalhadores, diminuindo, para tanto, as incertezas em relação ao futuro. Além do que, o surgimento de oportunidades instigou os grupos organizacionais a procurarem novos conhecimentos e habilidades. Isso demonstra que o mercado está sujeito a riscos, e as instituições atuam para protegê-lo. A Figura 1 sintetiza essas constatações:

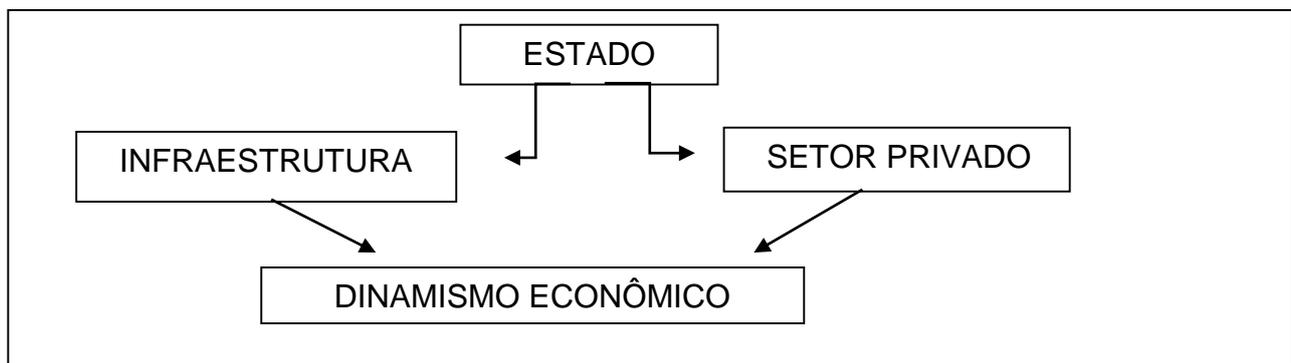


Figura 1 – O Estado e o surgimento da base econômica

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se na Figura 1 que o Estado incentiva o capital privado ao se instalar em suas regiões. A infraestrutura se insere nesse contexto facilitando a entrada desses novos fatores produtivos. Por fim, as transformações espaciais ocorrem por meios exógenos, que geralmente visam à diminuição dos custos financeiros.

Em compensação, nem todas as regiões absorvem rapidamente o volume de capital privado acomodado dentro dos seus domínios. A complexidade das trocas comerciais e do novo processo de produção, somada com as restrições informais, distorcem os benefícios e ganhos provenientes de tais mudanças. Para que se minimize o número de insatisfeitos e opositores, conduz-se o processo de forma gradativa, direcionando-o para os grupos com flexibilidade ideológica (NORTH, 1966).

Diante de tais informações, afirma-se que o Estado, além de promover alterações no aspecto físico, transforma a ideologia³ da população residente. Por outro lado, nem todas as pessoas são abertas ao conhecimento e às inovações, apegando-se às atitudes pré-

³ Diz respeito às percepções individuais sobre o mundo.

newtonianas⁴. Assim, o comportamento humano se torna fator determinante para o processo de dinamização das economias regionais.

3 A FORMAÇÃO DO CENTRO NORTE BRASILEIRO

O Centro Norte Brasileiro é uma delimitação geográfica formulada por Brasil (2008), localizando-se na junção entre a Amazônia, o Nordeste e o Centro Sul do País. Compõe-se de 419 municípios inseridos nos estados do Tocantins, oeste da Bahia, sul do Piauí, sul e centro do Maranhão, mesorregião Sudeste Paraense e microrregião Norte Araguaia-MT. A Figura 2 expõe a sua localização geográfica:

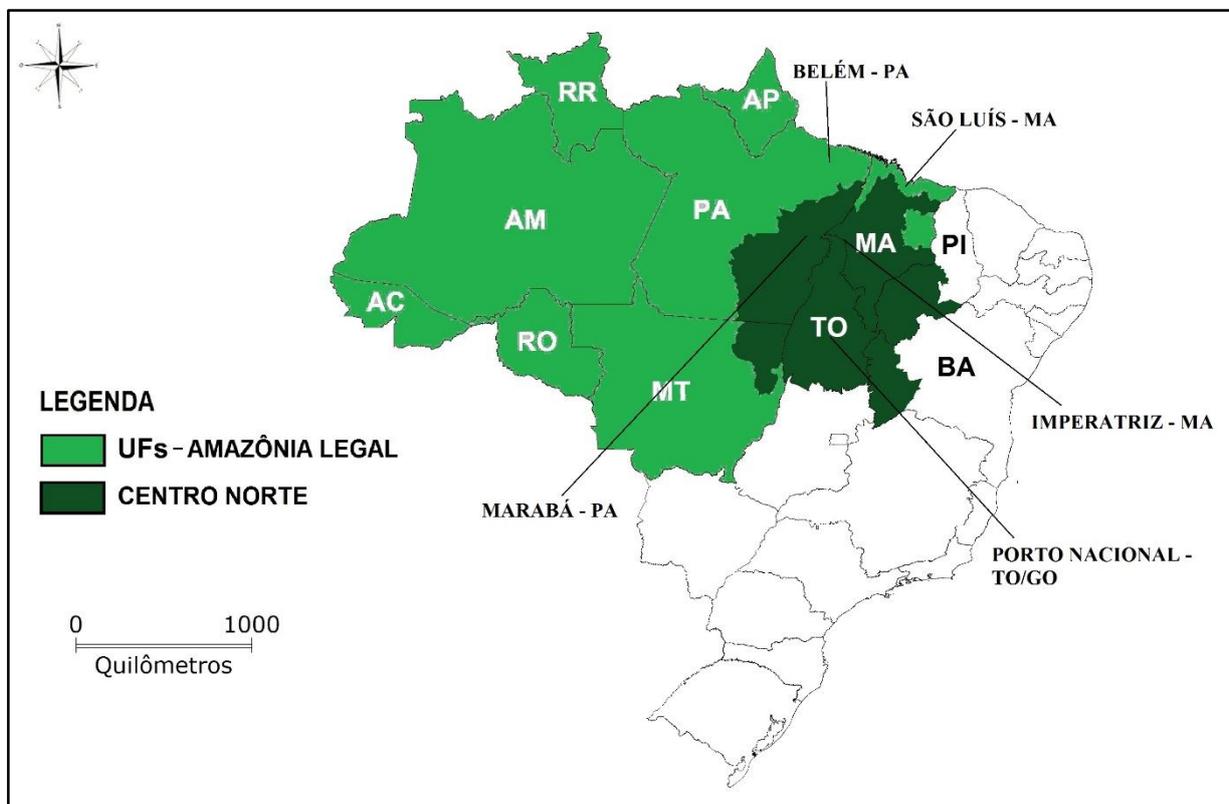


Figura 2 – Localização geográfica da Amazônia Legal e do Centro Norte
Extraído em: Oliveira; Piffer (2017).

Observa-se que a maior parte do Centro Norte se insere na Amazônia Legal, precisamente na faixa Sudeste. Antes das ações do governo militar (1964-1985), detinha

⁴ Refere-se ao cientista inglês Isaac Newton (1643-1727). Ele afirmou que o ser humano possui capacidade de manipular as leis naturais do universo. Uma sociedade pré-newtoniana desacredita dessa habilidade e se apega aos dogmas e preceitos anacrônicos (ROSTOW, 1971).

O Estado e o dinamismo econômico do Centro Norte brasileiro

uma base econômica calcada na agricultura de subsistência e era habitada exclusivamente por índios, caboclos e ribeirinhos (BECKER, 2005). Contudo, a expansão da malha rodoviária nacional e a instalação de aparatos do Estado, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, criado em 1970 como parte do I PND⁵, iniciaram um período de ocupação intensiva dessa delimitação geográfica.

Em 1974, o Estado lançou o II PND (1974-1978) com o objetivo de atrair capital privado. Neste plano, as grandes empresas são os principais agentes no processo de transformação espacial da Amazônia, Nordeste e Centro Oeste. Serão estes que produzirão as matérias-primas que abastecerão as indústrias do Centro Sul do país (OLIVEIRA, 1983).

Entre os programas criados pelo presidente Ernesto Geisel e o ministro Reis Veloso, destacam-se os polos de crescimento regional. Esses centros, ao invés da colonização planejada, incentivaria o extrativismo mineral. A mudança de postura deve-se aos resultados do projeto Radar da Amazônia – RADAM (1972-1974), iniciativa que mapeou as jazidas e fontes de matérias primas, viabilizando a sua exploração (MAHAR, 1978).

O plano seguinte, III PND (1979-1985), prosseguiria com as ações regionalizadas no território nacional. Todavia, a instabilidade política e econômica tornou-o um emaranhado de intenções. Nos anos 1980, a chamada “década perdida”, representou um hiato do governo federal que, preocupados com o combate à inflação e o pagamento da dívida externa, pouco investiram nas economias regionais.

O único projeto executado no Centro Norte na década de 1980 foi o Grande Carajás, no Sudeste Paraense. Um dos poucos remanescentes do II PND, o “Carajão” extrai minério de ferro, manganês, níquel, cobre, ouro, cassiterita e bauxita na serra de Carajás. Exemplo raro de ação coordenada, empregou-se meios técnicos e científicos para viabilizar esta atividade, além de captar consideráveis somas de investimentos externos (OLIVEIRA, 1983).

Nas proximidades de Carajás, edificou-se no rio Tocantins a usina hidroelétrica de Tucuruí, fornecedora de energia para o complexo minerador. Realiza-se o transporte dos metais pela estrada de ferro Carajás, trecho que passa por Imperatriz – MA e finaliza em

⁵ I Plano Nacional de Desenvolvimento (1970-1972). Conjunto de ações formuladas pelo governo federal que consistia em atrair investimentos privados, interno ou externo, para os grandes projetos nacionais. Contêm as diretrizes do PIN – Plano de Integração Nacional, iniciativa que orçava os gastos com a colonização.

Thiago José Arruda de Oliveira

São Luís – MA, onde um complexo siderúrgico processa a matéria-prima, ou exporta-os *in natura* pelo porto Ponta da Madeira.

Em 1988, a nova Constituição assegurou em termos legais o desmembramento do norte goiano, surgindo o estado do Tocantins. Com isso, o Centro Norte BR passaria por um novo ciclo de investimentos liderado pela construção da nova capital estadual, Palmas-TO. Os recursos públicos edificaram prédios que serviriam como órgãos públicos, instalaram postes de energia e asfaltaram ruas e avenidas, transformando esta cidade em um canteiro de obras (LIRA, 2011).

Na década de 1990, Palmas–TO concentraria todo o orçamento proveniente de Brasília–DF, tornando-se a única prioridade dos governantes nesse ínterim. De todas as cidades, inexistiu alguma que recebeu tamanha atenção quanto a capital do Tocantins. No final deste período, inicia-se a construção no rio Tocantins da usina hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães em Lajeado-TO (45 km da capital), sendo inaugurada em 2001.

Diante de tais informações, o “Sudeste da Amazônia Legal” se transformou em Centro Norte Brasileiro pela seguinte forma:

Área	Base econômica	Estrutura espacial
Interior do Norte e Nordeste (1500-1970)	Inexistente	Transporte fluvial; Atividades de curta duração e de subsistência
Sudeste da Amazônia Legal (1970-2000)	Em formação	Processo de substituição da rede de transporte; Entrada significativa de capital humano e financeiro
Centro Norte Brasileiro (Após 2000)	Exportadora	Todas as regiões conectadas com áreas de mercado; Especialização produtiva primária

Quadro 1 - Características do Sudeste da Amazônia Legal e do Centro Norte BR
Extraído em: Oliveira; Piffer (2017). Adaptado pelo autor.

O Estado e o dinamismo econômico do Centro Norte brasileiro

Observa-se no Quadro 1 que a vinda da infraestrutura rodoviária, somada com a entrada de capital humano e financeiro no Sudeste da Amazônia Legal, viabilizaram a instalação de empreendimentos produtivos. Situação análoga ocorre no Cerrado nordestino, localizado próximo da região Norte do país. Desse modo, de uma área isolada com atividades de pouco destaque, transforma-se em Centro Norte Brasileiro, uma Região Produtora do Agronegócio - RPA (OLIVEIRA; PIFFER, 2017).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa adota-se a escala municipal por entender que as mesorregiões e microrregiões do Norte e interior do Nordeste possuem grandes dimensões, dificultando uma análise precisa. Escolhido o nível geográfico, seleciona-se o Quociente Locacional – QL como ferramenta de análise espacial. Usualmente, conjuga-se o QL com a Teoria da Base Econômica, considerando como atividades exportadoras aquelas que apresentarem valor maior que 1. Caso demonstre isto, significa que os municípios têm uma produção que transborda as necessidades locais, logo, comercializam o excedente com o mercado externo. As vantagens desse método consistem na simplicidade do seu cálculo (PIFFER, 2013), observe:

$$QL = \frac{(PO_{ij} / PO_{iT})}{(PO_{Tj} / PO_{Tt})} \quad (1)$$

Em que:

PO_{ij} = Pessoas ocupadas no município i na atividade j;

PO_{iT} = Pessoas ocupadas no município i em todas as atividades;

PO_{Tj} = Pessoas ocupadas no Brasil na atividade j;

PO_{Tt} = Pessoas ocupadas no Brasil em todas as atividades.

Num primeiro momento, calcula-se a participação percentual das pessoas empregadas no setor produtivo do município em relação ao total de empregos desta delimitação geográfica, e em seguida, realiza-se este procedimento para o país. Divide-se

Thiago José Arruda de Oliveira

os dois resultados apresentados, e se o valor for superior a uma unidade ($QL > 1$), indica especialização produtiva no município analisado (ALVES, 2012).

O período de análise compreende os anos de 2000 e 2014. Utiliza-se como variável-base a População Economicamente Ativa – PEA, um parâmetro padronizado e consistente fornecido pela Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Este banco de dado disponibiliza estatísticas referentes à quantidade de pessoas empregadas com carteira assinada em um determinado mês e ano.

Os subsetores analisados seguem a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. São 59 divisões, e devido a esta grande quantidade, seleciona-se aqueles que condizem com a estrutura econômica primária do Centro Norte. Com isso, opta-se pelas atividades que geram efeitos de desencadeamento na economia regional, observe:

Atividades	Característica
Metalurgia básica	Indústrias que empregam metais como insumo
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	Indústrias que utilizam os produtos fornecidos pelas propriedades rurais
Fabricação de produtos químicos	Indústrias que fornecem insumos para as lavouras
Fabricação de móveis e indústrias diversas	Indústrias de consumo final
Comércio varejista	Serviços que ofertam produtos de consumo final
Educação	Serviços de qualificação profissional

Quadro 2 – As atividades selecionadas

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

De acordo com o Quadro 2, as duas primeiras indústrias referem-se à capacidade de verticalizar ou gerar efeitos para frente da produção primária regional. A fabricação de produtos químicos refere-se à disponibilidade de produtos voltada para a lavoura, como herbicidas, fungicidas e inseticidas. Esses bens são essenciais para a proteção das culturas de grãos contra pragas. Adota-se a fabricação de móveis e indústrias diversas para analisar a capacidade das regiões em criar bens de consumo final com alto valor agregado. Além

O Estado e o dinamismo econômico do Centro Norte brasileiro

de que, essas manufaturas utilizam a madeira-de-lei, bem natural disponível no Centro Norte.

Em relação ao setor terciário, opta-se por atividades que inserem a população urbana no contexto econômico primário-exportador. Uma das formas de integrá-la consiste em aperfeiçoar o seu nível educacional. Em relação ao comércio varejista, exerce importante função ao alocar trabalhadores sem qualificação superior no mercado de trabalho.

Por fim, as variáveis selecionadas demonstrarão se o Centro Norte do Brasil dinamizou a sua economia após a intervenção direta do Estado. Ilustra-se os resultados com o auxílio do *freeware* Terraview, criado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, para a confecção de mapas coropléticos que permitem a visualização de modificações espaciais ao longo do tempo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2000, as indústrias alimentícias e de bebidas concentram-se no Sudeste Paraense, e em alguns municípios da BR-153 no Estado do Tocantins, além do Extremo Oeste Baiano e centro norte do Maranhão. No entanto, o maior QL encontra-se em Vila Rica-MT, e nas proximidades, sendo que Canabrava-MT obteve um desempenho similar. Isto demonstra que o Norte Araguaia-MT, apesar de sua pequena dimensão territorial comparando-se com as outras partes do Centro Norte, verticalizou a sua produção agrícola, observe a Figura 3:

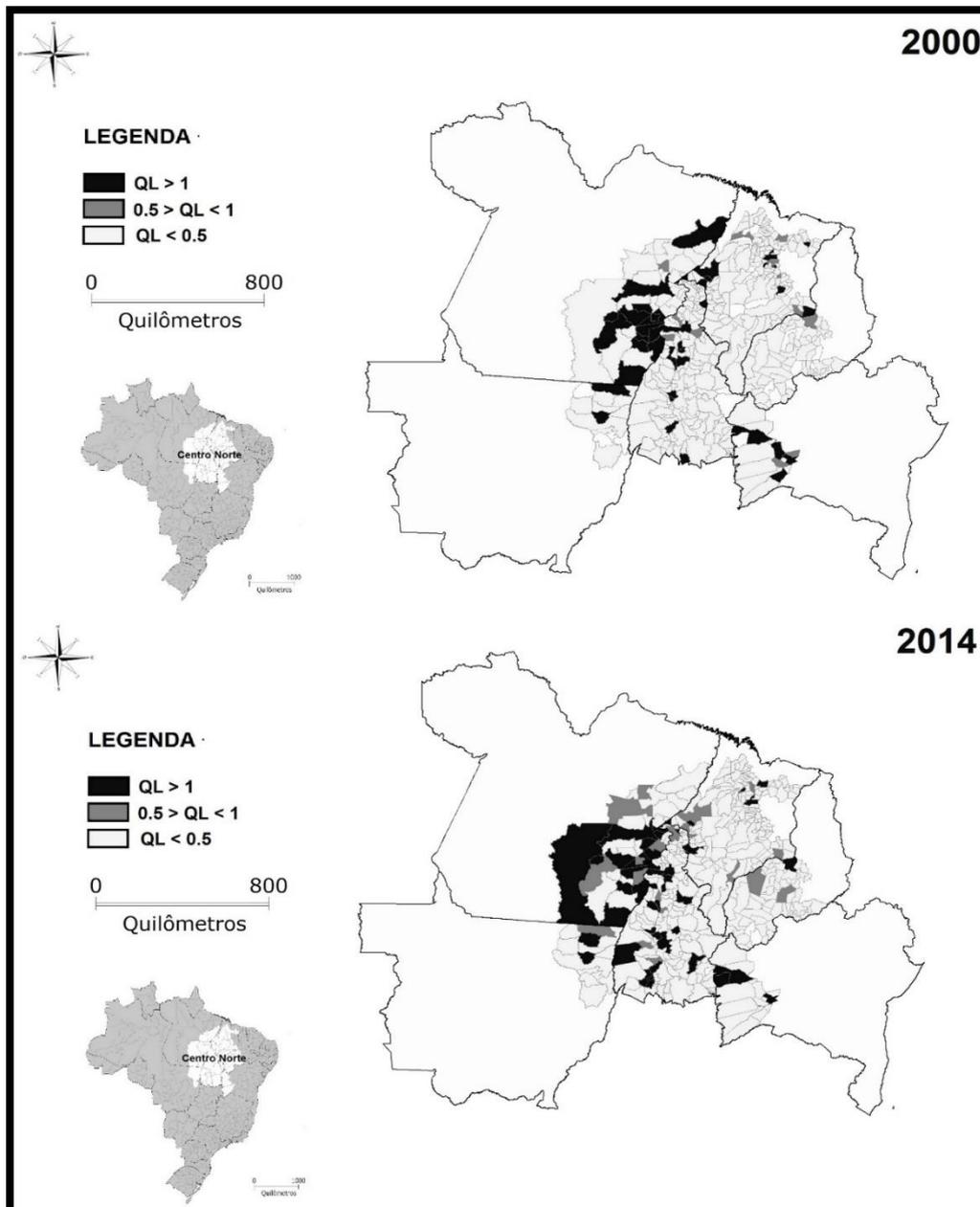


Figura 3 – QL da fabricação de produtos alimentícios e bebidas no Centro Norte – 2000/14

Fonte: resultados da pesquisa. Elaboração própria.

No entanto, em 2014, Vila Rica–MT diminuiu a sua participação na fabricação de alimentos e bebidas. Essa perda deve-se ao fechamento de um abatedouro da JBS instalado dentro dos seus limites geográficos. A empresa alegou que a escassez de boiada na região dificultou a sua operação. Por outro lado, Confresa–MT, sede de frigoríficos e laticínios, obteve um bom desempenho em seu QL.

O Estado e o dinamismo econômico do Centro Norte brasileiro

A perda de participação do Norte Araguaia – MT acarretou na expansão do Sudeste Paraense. O maior QL em 2014 foi de Água Azul do Norte–PA, sede da indústria de carnes Frigol, seguido por Rio Maria–PA, que possui uma unidade da Laticínio Girolanda, produtora de queijos e derivados. Nesse ínterim, o Tocantins aumentou o número de municípios que verticalizaram a sua produção agrícola com destaque para Paraíso–TO (Empresa Frango Norte) e Bernardo Sayão–TO (Queijos Cremolat).

Díspar da indústria de alimentos e bebidas, a fabricação de produtos químicos concentra-se no Centro Norte, observe a Figura 4:

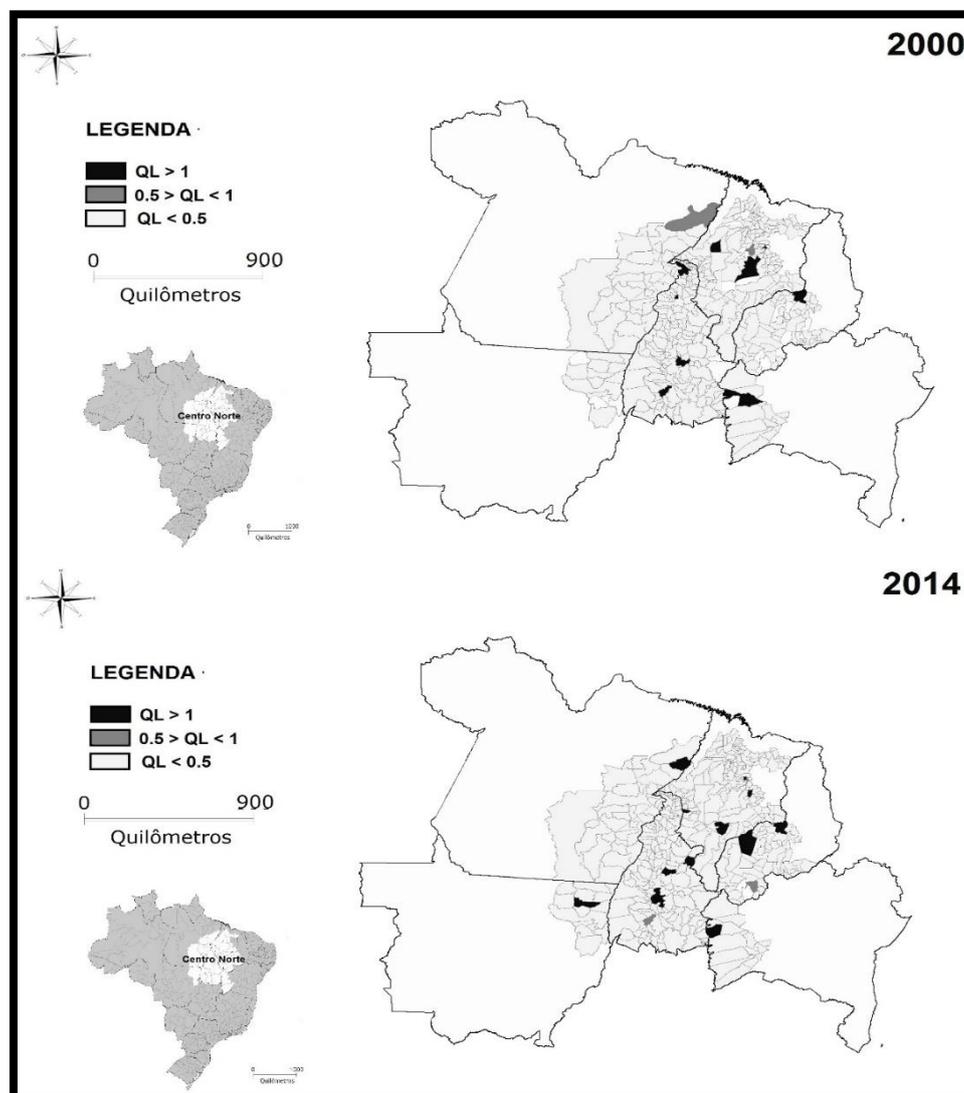


Figura 4 – QL da fabricação de produtos químicos no Centro Norte – 2000/14

Fonte: resultados da pesquisa. Elaboração própria.

Conforme a figura acima expõe, inexistiu um padrão locacional em relação às indústrias químicas no Centro Norte. Em 2000, municípios de pequena dimensão como Carmolândia–TO, Floriano–PI e Pedreiras–MA tiveram os maiores QLs deste ramo produtivo. Em compensação, em 2014, apenas o município piauiense manteve esse desempenho, em parte devido à expansão da indústria química e farmacêutica Laboratório Sobral, que iniciou em 2002 a fabricação de genéricos.

A indústria química no Centro Norte vincula-se à produção de energia ao invés de fornecer insumo para a agropecuária. São Raimundo das Mangabeiras–MA, o maior QL de 2014, possui uma indústria, e esta produz biocombustível a partir da cana-de-açúcar. O segundo e terceiro lugar, Pedro Afonso–TO e Campestre–MA, igualmente produzem etanol. Em relação à metalurgia básica no Centro Norte, aumentaram-se a quantidade de municípios especializados nessa produção, observe:

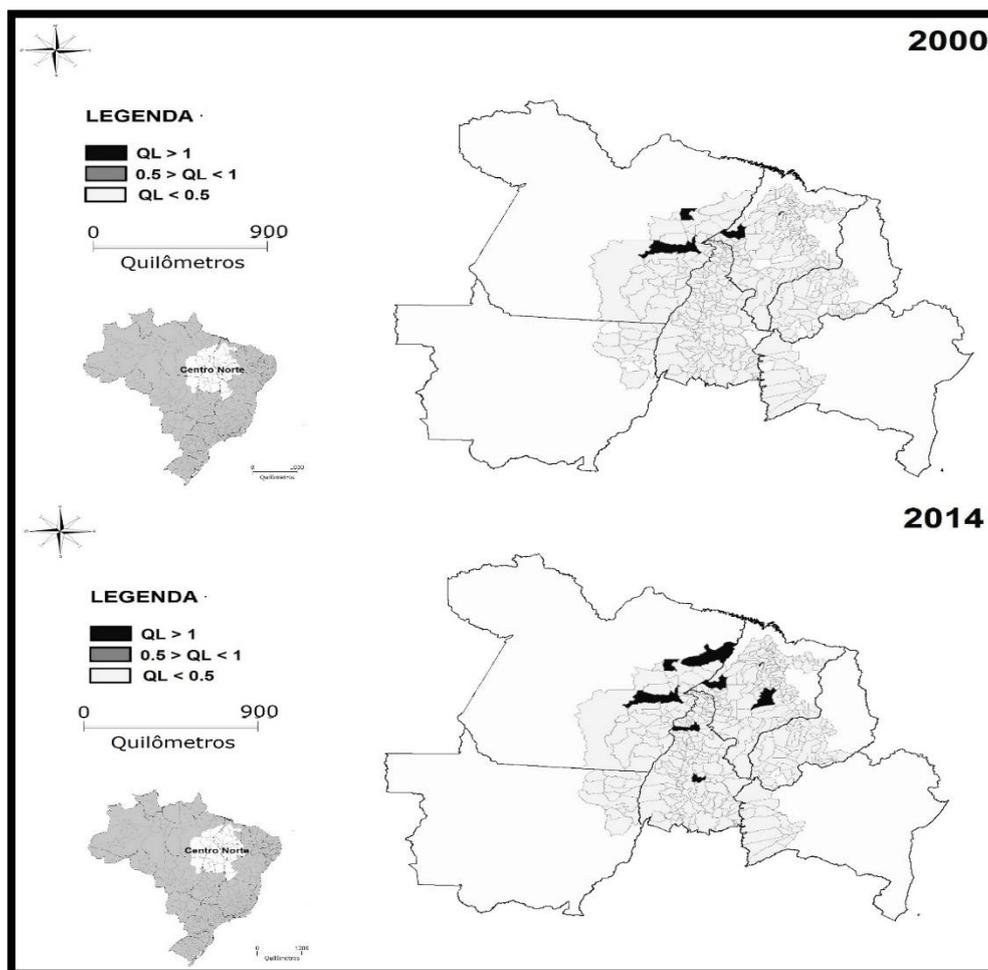


Figura 5 – QL da metalurgia básica no Centro Norte – 2000/14
Fonte: resultados da pesquisa. Elaboração própria.

O Estado e o dinamismo econômico do Centro Norte brasileiro

A Figura 5 demonstra que as unidades de metalurgia básica, em 2000, concentram-se perto da serra de Carajás–PA, principal jazida de minério de ferro do país. Todavia, o município de maior QL é Pindaré-Mirim, situado no centro norte maranhense, sede da Companhia Siderúrgica Maranhense - COSIMA, fabricante de ferro-gusa para exportação.

No ano de 2014, Breu Branco–PA, detentor de uma usina que produz silício, obteve a primeira colocação no ramo de metalurgia básica no Centro Norte. Ademais, com a vinda de indústrias que utilizam metais para a fabricação de estruturas metálicas, houve uma expansão deste setor no Tocantins, principalmente em Araguaína–TO e Palmas–TO.

Em relação às indústrias de móveis, a sua localização geográfica no Centro Norte permaneceu de igual modo, observe a Figura 6:

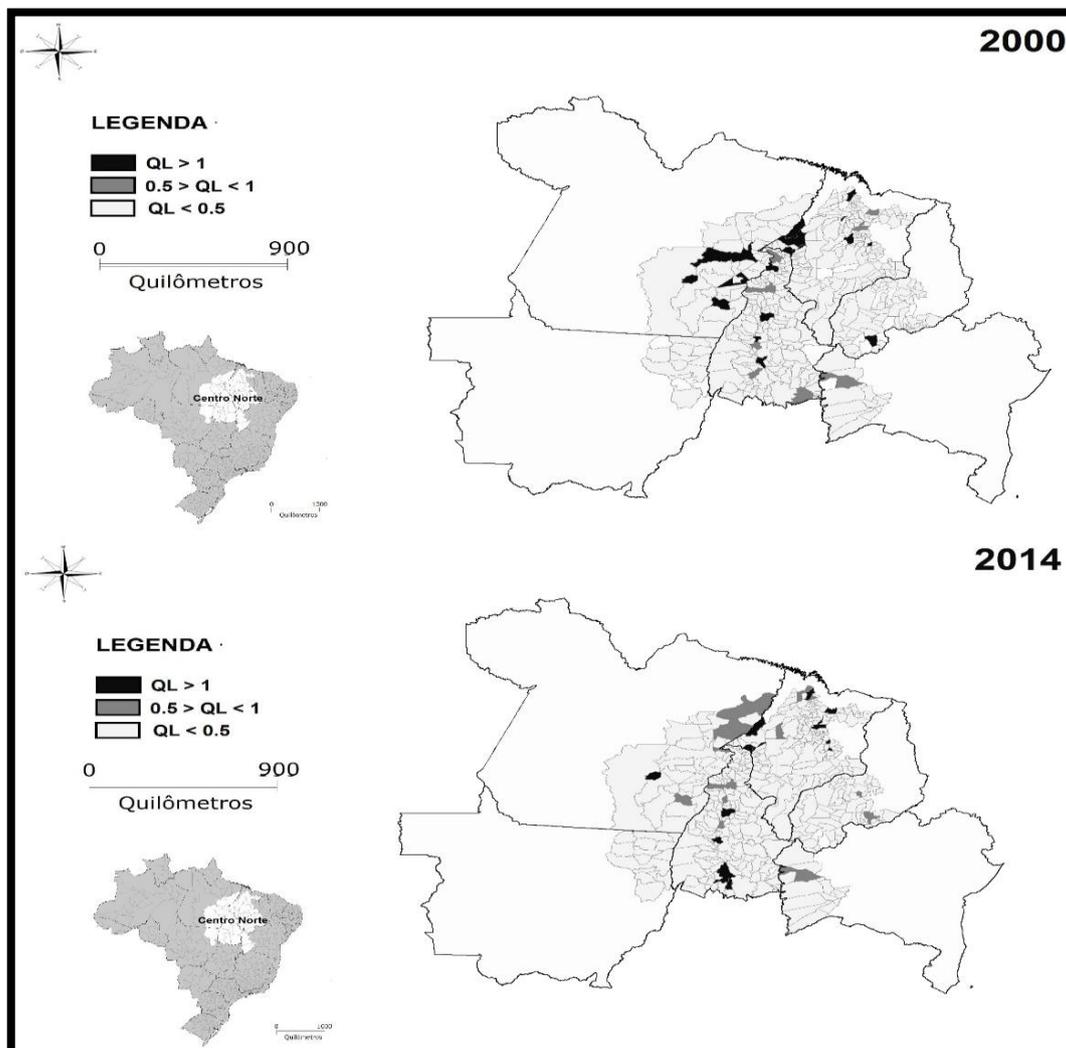


Figura 6 – QL da fabricação de móveis no Centro Norte – 2000/14
Fonte: resultados da pesquisa. Elaboração própria.

Dos municípios paraenses, apenas Tucumã–PA continuou na produção de móveis, enquanto que Marabá–PA, Xinguara–PA e Redenção–PA diminuíram as suas participações nesta atividade. Em 2000, Dom Pedro–MA, na microrregião de Presidente Dutra–MA, tem como produção-base a indústria moveleira devido à presença da empresa Simtral. No ano de 2014, este município permanece como o maior QL do Centro Norte.

A Figura 7 trata sobre o comércio varejista, observe:

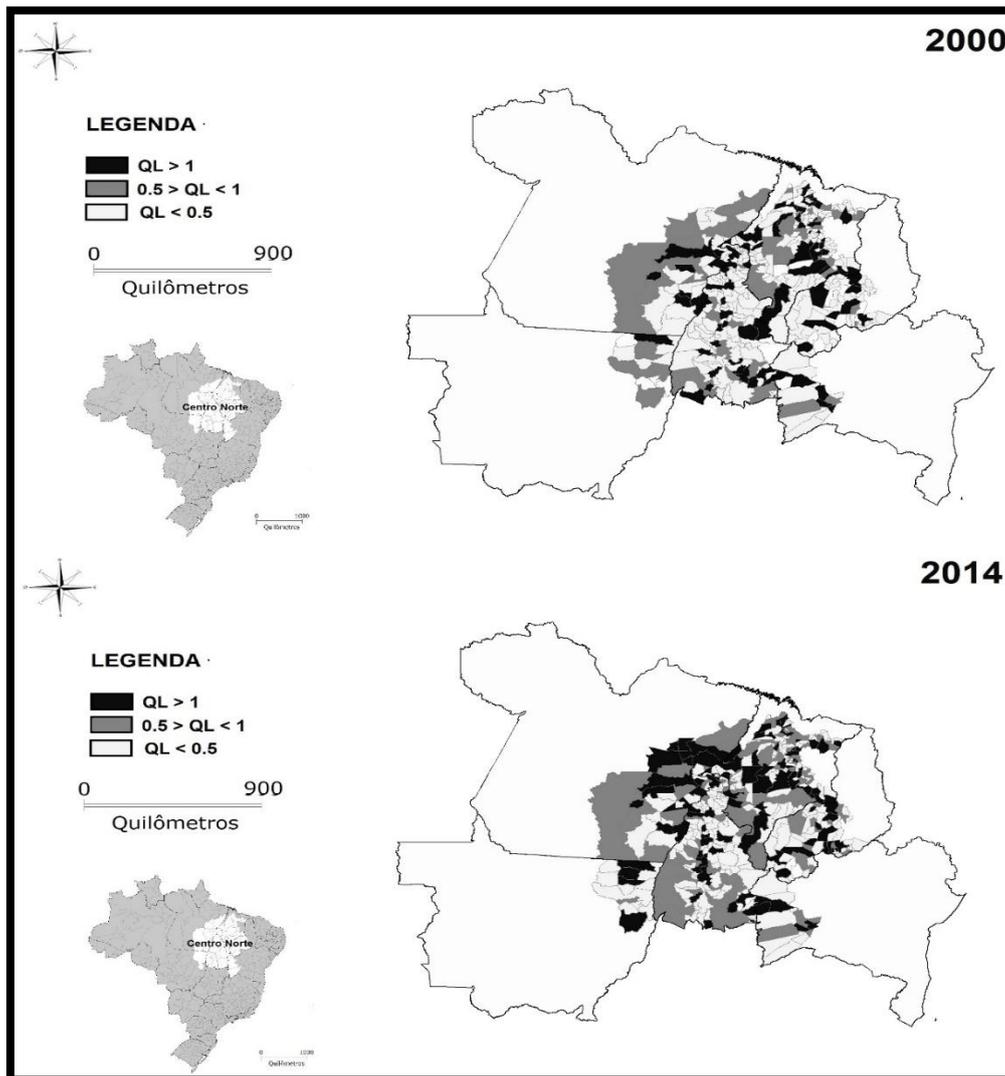


Figura 7 – QL do comércio varejista no Centro Norte – 2000/14
Fonte: resultados da pesquisa. Elaboração própria.

Entre 2000 e 2014 expandiu-se o comércio varejista no Centro Norte, destacando-se a faixa norte do Sudeste Paraense, Norte Araguaia–MT, sul e centro do Tocantins, sudeste piauiense e o Maranhão. Pequenos municípios como Lago dos Rodrigues–MA,

O Estado e o dinamismo econômico do Centro Norte brasileiro

Juarina–TO, São Vicente Ferrer–MA e Chapada de Natividade, no Tocantins, são aqueles que adquiriram os maiores Quocientes Locacionais nesse ramo no começo do século XXI.

No ano de 2014, o Maranhão especializou-se no varejo ao possuir novos municípios com QL acima de 1. Dentre estes, destaca-se Zé Doca–MA, Presidente Sarney–MA e Presidente Dutra–MA, localizados no centro do Estado. Nessa Unidade da Federação tem-se o Mateus, a maior rede de supermercados da região, com lojas espalhadas no Pará e Maranhão.

Por fim, de 2000 a 2014, ocorreu um retraimento na quantidade de educadores nos municípios do Centro Norte. No ínterim, Piauí, Maranhão e Pará diminuíram a participação neste ramo, enquanto que o Tocantins e Bahia continuaram no mesmo patamar. Nenhum município do Norte Araguaia–MT adquiriu o Quociente Locacional acima de 1, observe:

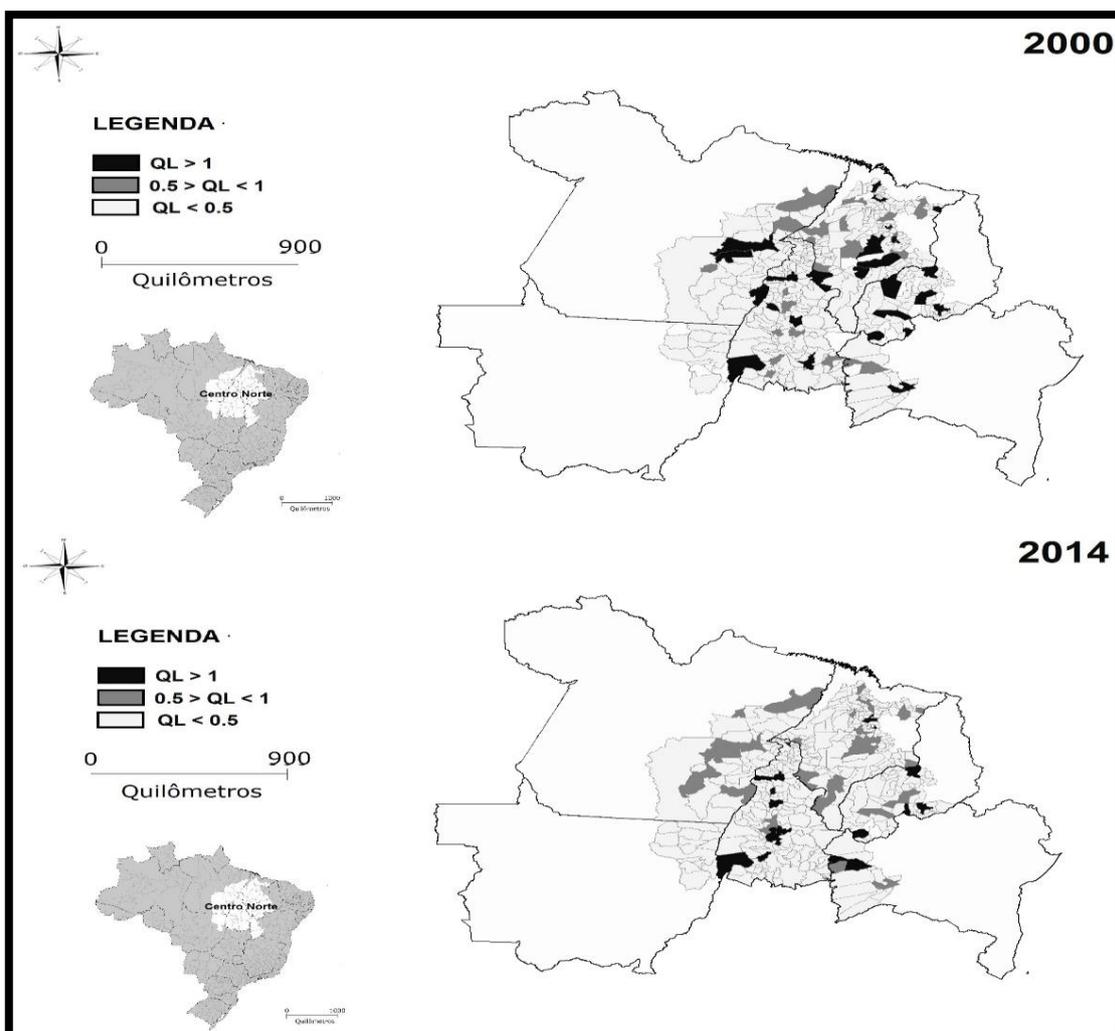


Figura 8 – QL educação no Centro Norte – 2000/14

Thiago José Arruda de Oliveira

Fonte: resultados da pesquisa. Elaboração própria.

De acordo com a Figura 8, no ano de 2014, dentre os 10 maiores QLs, 6 pertenciam ao estado do Tocantins, demonstrando que nessaparte do Centro Norte se concentram estabelecimentos educacionais. O município de Formoso do Araguaia–TO, seguido por Augustinópolis–TO, são os destaques neste serviço. O primeiro é sede de um *campus* avançado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, e o segundo é parte da Universidade do Tocantins – UNITINS.

Diante de tais resultados, as produções no Centro Norte Brasileiro auferiram diferentes desempenhos no período analisado. O Quadro 3 sintetiza estas informações:

Atividades	Desempenho
Metalurgia básica	Difusão espacial, direcionando-se para o TO
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	Difusão espacial, direcionando-se para o PA
Fabricação de produtos químicos	Sem alteração espacial significativa
Fabricação de móveis e indústrias diversas	Sem alteração espacial significativa
Comércio varejista	Difusão espacial para todo o Centro Norte
Educação	Concentração espacial

Quadro 3 – Desempenho das atividades analisada no Centro Norte – 2000/14

Fonte: resultados da pesquisa. Elaboração própria.

Observa-se que, entre 2000 e 2014, constata-se o aumento na procura por bens de consumo imediato como alimentos e bebidas. Por isso, expandiu-se o número de estabelecimentos do varejo e de indústrias alimentícias. Isto demonstra a existência de um mercado consumidor interno capaz de absorver tais produções. Por outro lado, bens de alto valor agregado como móveis e os serviços educacionais, ainda se encontram em fase inicial de expansão.

Em relação à verticalização da produção regional, detectou-se a existência de fábricas que utilizam a produção agrícola e mineral com insumo. Os estados do Tocantins e Pará aumentaram a quantidade de municípios que adquiriram essas indústrias. Em

O Estado e o dinamismo econômico do Centro Norte brasileiro

compensação, trata-se de uma iniciativa que ainda está sem condições de difundir no Centro Norte devido ao restrito poder de compra dos seus residentes.

6 CONCLUSÃO

O artigo analisou a capacidade do Centro Norte Brasileiro em continuar com o processo de difusão espacial. Para tanto, utiliza-se do Quociente Locacional (QL) para observar as variações locacionais dos ramos produtivos nessa região entre 2000 e 2014. A elaboração de mapas coropléticos, realizado pelo *freeware* Terraview, facilitou a visualização dos fenômenos pesquisados.

Partiu-se da concepção de que os Estados democráticos, como o brasileiro e o americano, buscam o fortalecimento do seu ambiente institucional a fim de atrair capital privado para as suas regiões. Diante dessa harmonização, tem-se um cenário que propicia a criação e a consolidação de modernas produções. Com o passar do tempo, atrai-se novos fatores produtivos nesse processo, situação que contribui para dinamizar as economias regionais.

No caso do Centro Norte Brasileiro, a partir da década de 1970, o Estado elaborou programas governamentais, construiu infraestruturas e criou instituições públicas com o propósito de atrair capital para o então “Sudeste da Amazônia Legal”, área calcada na agricultura de subsistência. Assim, no ano de 2000, todas as suas microrregiões estavam totalmente integradas às áreas de mercado. Por meio disso, a sua principal produção consiste nas atividades vinculadas ao agronegócio, e em segundo plano, o setor terciário, que cresceu de importância devido à expansão dos seus núcleos urbanos, com destaque para Palmas-TO.

De acordo com os resultados apresentados pelo Quociente Locacional, entre 2000 e 2014, difundiu-se no Centro Norte Brasileiro novas atividades produtivas, sendo essas destinadas ao consumo interno. Destaca-se a fabricação de alimentos, bebidas, produtos metálicos e o varejo. Em compensação, serviços essenciais como a educação e bens de alto valor agregado – móveis e insumos químicos -, ainda se encontram restritos em seu espaço econômico.

Em vista de tais constatações, afirma-se que o Centro Norte Brasileiro dinamizou a sua economia em virtude do crescimento dos seus núcleos urbanos. O Estado teve importante participação nesse processo ao criar um ambiente institucional que facilitou a

Thiago José Arruda de Oliveira

entrada de capital externo. Uma vez instalados, os fatores de produção aglomeraram-se nos núcleos urbanos, em especial Palmas-TO, Araguaína-TO, Marabá-PA e Imperatriz-MA, tornando-se pontos de referência em suas respectivas regiões, diversificando as produções regionais.

Por outro lado, para que o Centro Norte dinamize a sua economia nas próximas décadas, torna-se necessário ampliar as cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio e ao extrativismo mineral, além de adquirir uma forte base educacional. Para isso, o Estado, novamente, atua no sentido de atrair essas atividades, situação que ocorreu nos últimos anos por meio da criação de universidades e institutos federais no interior do País. Todavia, a ideologia conservadora existente em certos grupos políticos e a prevalência da corrupção comprometem o dinamismo econômico dos seus municípios.

Ademais, o modelo de desenvolvimento implementado pelo Estado na década de 1970 no Centro Norte Brasileiro, baseado na exploração contínua de recursos naturais, deteriorou as condições de vida da população nativa, marginalizando-os nesse processo produtivo. Por isso, para os próximos estudos, recomenda-se analisar a questão da sustentabilidade nessa parte do País. Trata-se de um importante tema que mostra os caminhos para alcançar o dinamismo econômico sem comprometer os recursos naturais e humanos no médio e longo prazo.

7 REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. In: PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. de. **Análise regional: metodologias e indicadores**. Curitiba: Camões, p. 33-49, 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento: volume II – visão estratégica nacional**. Brasília, DF, 2008.

_____. **Relatório Anual de Informações Sociais**. Base de dados. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/adesao-ao-programa/solicitacao-de-acesso-online.htm>>. Acesso em: 22 Abr. 2017.

BECKER, B. K. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, p. 401-428, 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A construção política do Estado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 81, 2010.

O Estado e o dinamismo econômico do Centro Norte brasileiro

CNAE. **Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas** - CNAE. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 Out. de 2015.

LEMOS, M. B. DINIZ C. C. GUERRA, L. R. MORO, S. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 665-700, 2003.

LIRA, E. R. **A gênese de Palmas – Tocantins**: a geopolítica de re(ocupação) territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

NORTH, D. C. **Growth and welfare in the American past**: a new history. Englewood Cliffs, NJ, EUA: Prentice-Hall, 1966.

_____. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal/Instituto Millenium, 1998.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana. In: SALATI, Eneas (org.). **Amazônia**: desenvolvimento e integração. São Paulo: Brasiliense, p.145-327, 1983.

_____. T. J. A.; PIFFER, M. Da Amazônia Legal ao Centro Norte: as transformações econômicas espaciais. **RBEUR**, Recife, v. 19, n. 1, p. 164-178, Jan.Abr/2017.

PFETSCH, F. R. Capacidade de atuar e legitimação do Estado democrático de direito na era da globalização. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 41, n. 2, Jul.Dez./ 1998.

RAMALHO, J.R.; RODRIGUES, I.J. Sindicato, crise econômica e estratégias regionais novas dimensões da participação política no ABC Paulista. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, Mai.Ago./2010.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico** (um manifesto não comunista). Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Artigo recebido em: Outubro/2017

Aceito em: Novembro/2017